

Inconsciente e Linguagem: uma leitura crítica da obra freudiana

Suely Aires Pontes¹

Resumo

Neste artigo nos propomos apresentar a concepção de inconsciente formulada por Freud no período de 1896 a 1915, tendo como eixo crítico algumas considerações sobre linguagem, mais precisamente o uso freudiano de uma mesma gramática para se referir a objetos físicos e mentais.

Palavras-Chave: inconsciente, linguagem, Freud.

Nesse artigo nos propomos apresentar a construção do conceito de inconsciente na primeira metade da obra freudiana - conhecida como *primeira tópica* -, seguindo um eixo condutor particular: a extensão de expressões e propriedades relativas a objetos físicos para se referir a objetos mentais presente nos argumentos freudianos. Cabe destacar que não estamos aqui buscando verificar a exatidão ou justeza das construções freudianas, mas discutir a natureza de seus argumentos teóricos. Para realizar esse intento, optamos por uma apresentação histórica do conceito de inconsciente, permeada por considerações críticas.

1. Considerações sobre a Linguagem

Antes de iniciar este percurso, nos deteremos sobre uma questão que se coloca como fundamental para nosso propósito: a concepção freudiana de linguagem em sua relação com o pensamento e o mundo externo. Acreditamos poder defender que o modo como Freud constrói sua teoria aponta para uma tensão entre concepções distintas de linguagem, gerando ambigüidades em sua argumentação. A importância dessa questão se ancora na suposição de que o uso de uma mesma gramática para se referir a objetos físicos e mentais está diretamente relacionado com a concepção freudiana da denotação como função básica da linguagem.

¹ Professora de teoria psicanalítica - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - mestre e doutoranda em filosofia da psicanálise - Unicamp - e membro do Colégio de Psicanálise da Bahia. Participa do Centro de Pesquisa *Outrarte* - IEL/Unicamp, dos Grupos de Pesquisa *SEMASOMa* e *Psicanálise, Subjetividade e Cultura* e do GT de Filosofia e Psicanálise - ANPOF. E-mail: suely.aires@uol.com.br

Em momentos distintos de sua obra², Freud parece tomar como verdadeiras as seguintes proposições: (1) o pensamento se diferencia da linguagem; (2) a linguagem funciona como índice para o pensamento, tendo como função básica denotar as representações de modo a espelhar de forma apropriada a realidade externa - nessa perspectiva, o sujeito surge como agente isolado que constrói figurações de si e do mundo; e (3) a linguagem organiza o pensamento - as imagens de si e do mundo são constituídas pela mediação de uma outra pessoa. A contradição presente nas assertivas anteriores traz para o seio da psicanálise uma tensão que se manifestará de diversas maneiras, uma das quais sendo apresentada de forma exemplar na argumentação freudiana em torno do grito do bebê humano nas vivências de satisfação e de dor, quando se apresentam concepções opostas quanto à constituição do sujeito e da linguagem³.

Na vivência de satisfação, o grito funciona como uma válvula de escape para o aumento quantitativo produzido, por exemplo, pela fome, não se apresentando como uma palavra, mas como uma ação específica de eliminação. No entanto, este mesmo grito ganha a função secundária de atrair a atenção do agente prestativo, que atende às necessidades da criança e passa a atribuir à mesma uma intencionalidade. Progressivamente, a criança aprenderia a utilizar o grito para produzir efeitos sobre o outro, que por meio de suas reações formaria os primeiros performativos do bebê. Nessa perspectiva, a subjetividade seria constituída por elementos externos, mediante os quais o agente passaria a representar sua 'interioridade'.

Na vivência dolorosa, o grito teria como função recordar o desprazer produzido em situações similares, de modo a denotar o objeto hostil e evitar a dor. O agente seria constituído de forma autônoma, sem necessidade da participação de um outro prestativo. Ou seja, a subjetividade é apresentada como autônoma, sendo anterior à constituição de uma exterioridade. Na vivência de dor, o grito, como palavra primeira, teria a função de denotar o pensamento. Esta separação entre o grito como apelo e o grito como meio de eliminação - ancorada na distinção entre vivência de dor e vivência

² Estamos tomando como referência algumas passagens de Projeto para uma Psicologia Científica (1895), Estudos sobre Histeria (1893-1895), Interpretação dos Sonhos (1900) e A Significação Antitética das Palavras Primitivas (1910), ESB, vols. I, II, IV, V e XI.

³ Para maior aprofundamento, cf. GABBI JR. Alice e a Metapsicologia: a psicanálise como teoria do contra-senso. Campinas: UNICAMP, CLE, 1992. Para discutir a questão em torno das formas de concepção da subjetividade, cf. GABBI JR. Notas sobre Linguagem e Pensamento em Freud. Campinas: UNICAMP, CLE, 1999.

de satisfação tal como trabalhada em *Projeto para uma Psicologia Científica* (1895) - produz concepções opostas de subjetividade:

Estamos diante de dois modelos distintos. O primeiro, que podemos chamar de quimismo mental, está dado pela teoria da representação presente no modelo da linguagem e acredita que o pensamento é anterior à linguagem. O segundo, que nomearemos de subjetividade compartilhada, está sugerido por esta crença de que a linguagem seria responsável pelo pensar, portanto, anterior ao pensamento. (...) O modelo do quimismo mental toma como situação originária um agente isolado que, através de sensações e representações produzidas pelas primeiras, constrói longas cadeias associativas de representações: os pensamentos. Em um segundo momento, com a aquisição da linguagem, o agente torna-se capaz de compartilhar seus pensamentos com outros agentes.(...) Por outro lado, o modelo da subjetividade compartilhada presume a existência de três termos: o agente, um observador e o relato. O primeiro externa algo - e é fundamental entender que esse ato inicial de externar não é a comunicação de um estado interno - e o observador interpreta essa manifestação como expressão, por exemplo, de um estado afetivo, como se fosse a descrição de um estado interno. A partir dessa interpretação, a nomeação da pessoa prestativa, a exteriorização recebe um sentido descritivo, e não antes (Gabbi Jr., 1999, p. 18-20).

Estas concepções distintas de linguagem e subjetividade mantêm-se nas construções posteriores da teoria freudiana, embora nas argumentações metapsicológicas, seja proeminente a apresentação da linguagem como tendo a função básica de denotar. A conseqüência direta de se privilegiar a denotação como função da linguagem é a suposição de que, ao falar, o agente realiza uma descrição e designação de suas sensações e pensamentos - mundo interno - e dos objetos físicos - mundo externo. Esta concepção está ancorada na crença freudiana de que as palavras tiveram um sentido literal quando de sua origem, como designação das representações produzidas pelas sensações corporais. Só posteriormente estas palavras passariam a ter um sentido metafórico, desvinculando-se das sensações denotadas e sendo aplicadas a objetos externos.

Mas esta não parece ser a única concepção de linguagem presente na teoria freudiana. Paralelamente à função de denotar, a linguagem se apresenta em determinados argumentos freudianos como conotativa e performativa. Cabe esclarecer que o espaço privilegiado de uma concepção de linguagem não meramente denotativa é

a prática clínica freudiana, pois o poder evocativo da palavra - em outras palavras, seu caráter conotativo - justifica a vinculação entre palavra e afeto, dando à primeira seu alcance particular na terapêutica proposta pela psicanálise. Na clínica não há como desvincular denotação e conotação. Já o aspecto performativo dos proferimentos do paciente apóia-se na atitude do agente frente ao conteúdo veiculado por sua fala, o que implica na presença de um outro. Não há como falar em performativo se não há um outro presente, assim como não é possível abordar a questão da intenção do agente se consideramos apenas a denotação.

No entanto, especificamente na construção da metapsicologia, se produz uma redução da importância dessas funções em prol da denotação, considerada como critério de validade para a construção de uma teoria científica do psiquismo humano, pois só por meio de uma denotação adequada se pode dar a conhecer as vivências subjetivas, de modo a poder comunicá-las: “(...) a linguagem serve não só para expressar os próprios pensamentos, mas essencialmente, para comunicá-los a outrem (...)” (Freud, 1980 [1910], vol. XI, p.143). Sob este ângulo, parece justificado aos olhos de Freud o uso de uma mesma gramática para se referir a objetos físicos e psíquicos, já que a linguagem teria como função básica a denotação; ou seja, a palavra designaria tanto o objeto físico quanto o objeto psíquico, não havendo diferenças significativas entre a relação palavra/pensamento e a relação palavra/mundo, já que a palavra é índice de algo exterior a ela. No entanto, esta indistinção entre as descrições do físico e do psíquico traz como consequência para a construção da teoria uma confusão entre o empírico e o conceitual. É segundo esse ponto de vista que pretendemos abordar o inconsciente, como pedra fundamental da psicanálise freudiana, e apontar as implicações clínicas dessa concepção particular oferecida por Freud.

2. Construção do Conceito de Inconsciente

2.1. 1895: primeiras ‘descobertas’

Tomaremos como referência desse período os *Estudos sobre Histeria*, obra conjunta de Freud e Breuer, na qual aparece pela primeira vez - em nota de rodapé - o termo ‘inconsciente’. Estaremos nos debruçando especificamente sobre o caso de Frau Emmy von N., ao qual pertence a nota de rodapé supracitada.

A fim de discutir o caso de histeria de Frau Emmy von N. - uma mulher de 40 anos que apresenta tiques, agitação motora e delírios -, Freud introduz a noção de ligação falsa para descrever um expediente de uso comum entre neuróticos. Quando a

verdadeira determinação do sintoma foge à percepção consciente destes pacientes, eles oferecem uma nova explicação - ligação falsa - que dá a sensação de terem consciência plena de seus atos e motivações. “Por exemplo, Bernheim sugeriu a um paciente que depois de despertar devia pôr ambos os polegares na boca. Ele assim o fez e desculpou-se do gesto dizendo que sua língua estava doendo desde o dia anterior, quando a mordera num acesso epileptiforme” (Freud, 1980 [1893-1895], vol. II, p. 111). O emprego deste experimento no texto freudiano visa, diferentemente da proposta de Bernheim, demonstrar a existência de lacunas no conhecimento consciente, como atestado pelo desconhecimento do paciente quanto ao verdadeiro fator motivacional de seu comportamento. No caso de pacientes histéricos não submetidos a sugestões pós-hipnóticas esta ligação falsa estaria vinculada a estados de espírito (ansiedade ou pesar, p.ex.), sendo produzida artificialmente pelo próprio paciente - como uma tendência a encontrar ligações causais entre conteúdos conscientes. O procedimento hipnótico teria como proposta restituir a coerência narrativa do paciente por meio das explicações obtidas nesse estado (hipnose), explicações estas que poderiam trazer à luz o elemento faltante na cadeia de pensamentos do paciente.

Apesar de as lacunas na narrativa da paciente servirem como justificativa para a suposição de descontinuidade da cadeia de pensamentos conscientes, o termo ‘inconsciente’ aparece numa situação diversa, não relacionado com as conexões falsas, mas sim com uma percepção inconsciente. Retomemos o caso: Frau Emmy fica surpresa ao constatar que não tem câimbras no pescoço há longo tempo, mas logo no dia seguinte apresenta o sintoma. Freud interpreta os ‘pressentimentos’ que aparecem de forma negativa na fala da paciente como um estado “que já estava em elaboração na ocasião” (Freud, 1980 [1893-1895], vol. II, p. 120) e que foi percebido inconscientemente. “Em cada uma das ocasiões o que já se achava presente como um produto acabado no inconsciente, estava começando a revelar-se indistintamente” (Freud, 1980 [1893-1895], vol. II, p. 121).

Se nesse texto surgem noções tais como *percepção inconsciente* ou *inconscientemente* - em que o termo tem uso adjetivo ou adverbial - o inconsciente é também apresentado como substantivo, indicando um lugar psíquico. O afastamento da linguagem ordinária traz, a nosso ver, um problema: substantivação induz substancialização, pois a passagem de um uso corriqueiro do termo inconsciente para

um uso substantivo leva à pressuposição de que se trata de algo com existência⁴ independente do agente ao qual se vincula. Como consequência, o inconsciente parece surgir como uma nova entidade, disposta entre os objetos do mundo, possibilitando ao leitor usos lingüísticos tais como *meu inconsciente*, *no inconsciente*, *de inconsciente para inconsciente*, etc. Soma-se a isso o fato de que em algumas passagens uma linguagem espacializante se mostra, dando margem a uma leitura equivocada dos fenômenos psíquicos, apresentados como tendo propriedades específicas de objetos físicos. Podemos, portanto, defender que a extensão de uma linguagem e/ou de propriedades referentes a objetos físicos para se referir ao inconsciente tem sua semente plantada muito cedo na obra de Freud.

Se em 1895, a abordagem freudiana visava a determinação dos sintomas histéricos e apenas de forma muito rara o inconsciente aparecia em seu uso substantivo, após 1900, em *A Interpretação dos Sonhos*, o inconsciente é apresentado como sistema psíquico e o uso substantivo do termo se faz freqüente.

2.2. 1900: desejos inconscientes

Em 1900, a abordagem freudiana do tema dos sonhos apoiava-se na noção de inconsciente, tomando-o como pressuposto necessário para a equivalência entre o procedimento psicanalítico de interpretação dos sonhos e o método para solucionar sintomas histéricos, de modo a propor uma identidade entre sonho e sintoma. Tal como os sintomas, os sonhos seriam processos psíquicos que possuem significação e cuja força motivadora é um desejo a buscar realização. Embora não seja reconhecido como desejo, por parte do sonhador, e, freqüentemente, seja considerado absurdo, o sonho é “um processo com um significado e que pode ser inserido na cadeia de experiências psíquicas daquele que sonhou” (Freud, 1980 [1900], vol. V, p. 544). E como todo acontecimento psíquico é, na visão de Freud, sobredeterminado.

A importância de pressupor a noção de inconsciente reside na hipótese, necessária à argumentação freudiana, de que os impulsos impregnados de desejo continuam a existir mesmo quando não conseguem expressão. Ou seja, o valor e o significado ocultos do sonho ou do sintoma são mantidos no inconsciente e podem retornar à cadeia discursiva do paciente. Cabe-nos apontar que o argumento de permanência dos conteúdos

⁴ De forma irônica, Wittgenstein aponta: “Imagine uma linguagem na qual, em vez de dizer ‘não encontrei ninguém no quarto’, se dissesse ‘não encontrei Sr. Ninguém no quarto’”. WITTGENSTEIN, L. Los Cuadernos Azul y Marron. Madrid: Tecnos, 1968, p. 69.

psíquicos no inconsciente envolve a psicanálise simultaneamente em dois problemas: por um lado, a substancialização dos processos psíquicos - efeito da suposta permanência dos mesmos; por outro, uma apresentação espacial da noção de interioridade - consequência da hipótese do inconsciente como lugar psíquico.

No entanto, essa argumentação é preciosa a Freud por dar desenvolvimento à idéia de uma técnica própria à psicanálise para abordagem dos fenômenos psíquicos: a associação livre. A técnica de interpretação psicanalítica consiste em libertar o sujeito de idéias intencionais desconhecidas, ou seja, inconscientes, tornando-as conscientes. Para tanto é pedido ao paciente que fale tudo o que lhe vier à mente, evitando qualquer tipo de censura, de modo a verbalizar os pensamentos involuntários que irrompem no curso de uma narrativa. O analista acredita que devido ao determinismo psíquico - a suposição de que todos os fenômenos mentais têm significação e estão dispostos em ordem lógica - o curso das idéias involuntárias tome seu lugar na rede de conexões causais. Desse modo, reduz-se o aparente contra-senso presente na narrativa. Apesar de a técnica de associação livre tomar como necessária uma contextualização dada pelo paciente a sua narrativa - aspecto que privilegia o sujeito em detrimento dos fenômenos - o embasamento teórico dado à mesma recorre a uma linguagem que elide a diferença entre objetos físicos e objetos mentais, atribuindo aos últimos as propriedades de existência, permanência e extensão, características dos primeiros. Como consequência, é possível pensar o psíquico como uma realidade independente e o inconsciente como um lugar no qual ocorrem processos que o agente desconhece.

A continuação da argumentação freudiana - a hipótese de um aparelho psíquico composto de diversas instâncias ou sistemas que segue um sentido ou direção⁵ - é ainda mais problemática. Nessa hipótese três pontos se destacam como passíveis de produzir confusão: (1) o modelo neurológico do aparelho psíquico; (2) a direção ou sentido da atividade psíquica ao percorrer o aparelho; e (3) a inclusão de um sistema de memória.

⁵ Cf. figura 1.

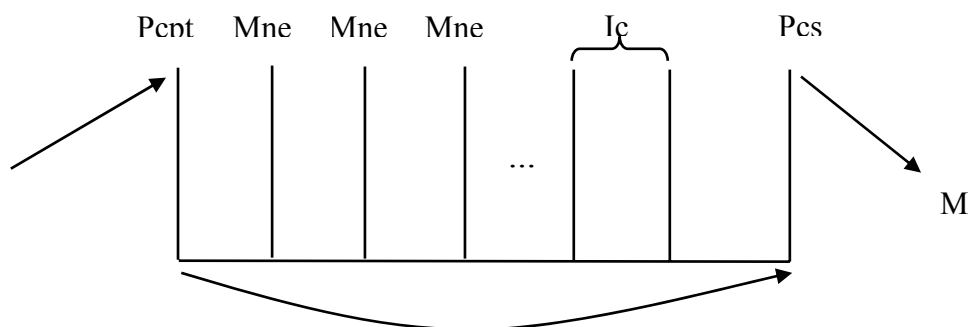


Figura 1: modelo de aparelho psíquico proposto por Freud no capítulo VII da *Interpretação dos Sonhos* (p. 577). Nessa figura, o aparelho mostra-se em seu funcionamento de vigília

Embora, segundo as palavras de Freud, não seja necessário supor uma localização anatômica para o aparelho psíquico, o fato de recorrer a um modelo da neurologia para representar as funções psíquicas - o arco reflexo - traz para o seio da psicanálise uma concepção do mental como efeito de relações materiais entre estruturas. Esta apresentação de um modelo neurológico em termos psicológicos acompanha o desenrolar do capítulo VII, dedicado à exposição dos fundamentos teóricos da interpretação dos sonhos. Como conseqüência, uma certa materialidade das estruturas mentais faz-se presente nesse modelo de aparelho psíquico, gerando uma espacialização própria.

Permanecerei no campo psicológico e proporei simplesmente seguir a sugestão de que devemos representar o instrumento que executa nossas funções mentais como semelhante a um microscópio composto, a um aparelho fotográfico ou a algo desse tipo. Nessa base, a localização psíquica corresponderá a um ponto do aparelho em que surge uma das etapas preliminares de uma imagem (Freud, 1980 [1900], vol. V, p. 572).

O argumento freudiano - que parece convincente por apresentar a idéia do ponto de incidência de um fecho de luz como uma forma incorpórea de localização - não deixa clara a problemática decorrente do desdobramento espacial desse modelo, pois o próprio fato de supor uma direção para o aparelho psíquico implica na materialidade das instâncias ou sistemas. A hipótese de uma direção ou sentido do aparelho psíquico, no qual ocorrem passagens ou transformações, induz a uma atribuição de permanência e substância aos fenômenos psíquicos - traço de memória ou catexia - por conferir aos mesmos uma materialidade passível de mudança.

Retomemos a apresentação freudiana de seu modelo. O aparelho psíquico é composto por diversas instâncias ou sistemas que seguem uma relação temporal. “Falando de modo estrito, não há necessidade da hipótese de que os sistemas psíquicos sejam realmente dispostos numa ordem espacial. Seria suficiente que fosse estabelecida uma ordem fixa pelo fato de, num determinado processo psíquico, a excitação passar através dos sistemas numa seqüência temporal especial” (Freud, 1980 [1900], vol. V, p. 573). É a argumentação em torno da ‘seqüência temporal especial’- a pressuposição de uma ordem fixa - que nos chama a atenção, pois, seguindo a hipótese freudiana, a atividade psíquica percorre o aparelho de um modo determinado, deixando marcas de inscrição. Nesse sentido, o inconsciente é apresentado como o ‘lugar’ no qual se ordena o material psíquico, sendo este conteúdo organizado segundo relações temporais que se inscrevem de forma espacializada. Ou seja, o tempo é representado no espaço por meio dos traços de inscrição no aparelho psíquico.

Se no momento da investigação analítica o espacial determina o temporal - pela associação livre o paciente rememora eventos recentes, antes de reconhecer a base infantil de seus desejos - na apresentação gráfica do aparelho psíquico a lógica é inversa - as vivências temporais são espacializadas segundo a ordenação das inscrições psíquicas, gerando um modelo com desdobramento espaço-temporal. No aparelho proposto por Freud, a atividade psíquica inicia-se por estímulos - extremidade sensória - e tende à descarga - extremidade motora.

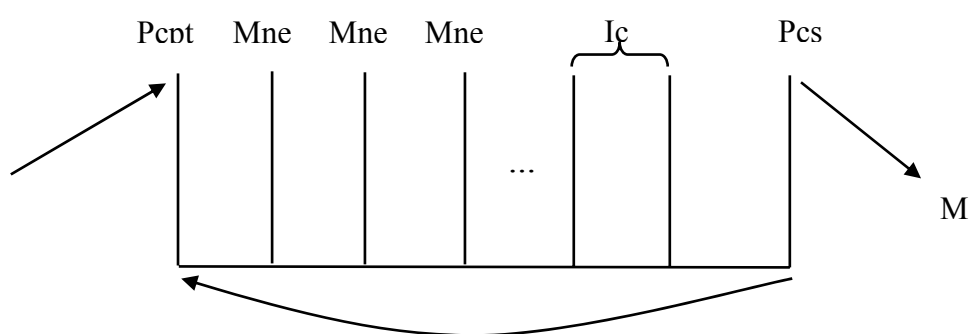


Figura 2: A seta na parte inferior da figura indica o movimento ‘regressivo’ do aparelho psíquico durante o processo onírico.

Nos sonhos, o sentido ou direção do aparelho psíquico é invertido. A excitação dirige-se no sentido da extremidade sensória e atinge o sistema perceptivo,

caracterizando um movimento regressivo. Enquanto no estado de vigília, este movimento regressivo nunca se estende além das imagens mnemônicas, no sonho ocorre uma revivescência alucinatória. Dessa forma, “(...) uma idéia é novamente transformada na imagem sensorial de que originalmente se derivou” (Freud, 1980 [1900], vol. V, p. 579). A possibilidade de que a atividade psíquica percorra esse aparelho em ambos os sentidos - progressivo/atividade de vigília e regressivo/estado de sonho - não elimina o caráter ordenado das inscrições psíquicas, pois, qualquer que seja a direção, serão seguidos os mesmos passos, apenas invertendo a ordem (A-B-C ou C-B-A, não havendo, por exemplo, possibilidade de uma seqüência A-C-B). A hipótese de *transformação* de uma idéia em imagem sensorial baseia-se no ordenamento seqüencial do aparelho psíquico; no entanto, é preciso também atribuir permanência e substância a esses fenômenos para acreditar que haja *passagem* dos conteúdos psíquicos pelos sistemas.

A inclusão de um sistema de memória no aparelho psíquico proposto por Freud - diferencial em relação ao modelo neurológico do arco reflexo - parece ampliar ainda mais a substancialização que acompanha suas formulações, pois neste os rastros de memória são apresentados como modificações permanentes dos elementos do sistema. A hipótese freudiana propõe um sistema que recebe os estímulos, e uma segunda instância que transforma as excitações recebidas em traços permanentes. O que fica retido é mais do que o conteúdo das percepções, pois estas mesmas percepções acham-se ligadas em nossa memória de acordo com a simultaneidade da ocorrência - associação. “(...) nossas lembranças - sem excetuar aquelas que se acham mais profundamente gravadas em nossas mentes - são, em si próprias, inconscientes. Elas podem ser tornadas conscientes, mas não pode haver dúvida de que podem produzir todos os seus efeitos enquanto se acham numa condição inconsciente” (Freud, 1980 [1900], vol. V, p. 575/576).

A afirmação do parágrafo anterior - no qual caberia sublinhar o trecho “(...) podem produzir todos os seus efeitos enquanto se acham numa condição inconsciente” - traz como suposição implícita a idéia de que os desejos inconscientes continuam a existir e gerar efeitos no aparelho psíquico, fazendo supor que os desejos inconscientes estão sempre em estado de alerta para encontrar um caminho de acesso à expressão. Desse modo, a possibilidade de um desejo consciente gerar um sonho só existe caso este desejo venha a despertar um desejo inconsciente e consiga reforço quantitativo deste.

Para finalizar e tornar mais claro nosso argumento, poderíamos considerar que a concepção dinâmica de funcionamento do aparelho psíquico permite a Freud não apenas aproximar os sonhos do campo da psicopatologia, como já vinha fazendo em sua argumentação, mas apresentar uma hipótese com uma roupagem tão rica em detalhes que torna difícil não tomá-la como um aparelho com suporte neurológico. Ao observarmos de perto as diversas argumentações apresentadas nesta obra percebemos um uso lingüístico que não permite a distinção entre uma relação conceitual e uma relação empírica, gerando uma confusão sistemática entre hipótese e descoberta. A nova forma de Freud apresentar o campo dos sonhos e da psicopatologia é sem dúvida impressionante e fecunda, mas cabe-nos aqui apontar que a tendência freudiana de tomar o mundo físico como modelo do mundo mental transforma essa nova forma interpretativa numa mitologia criadora de entidades psíquicas, dentre as quais se destaca ‘o inconsciente’.

1.3. 1915: teoria sistêmica

Se em 1900 o inconsciente pode ser apresentado como um sistema componente do aparelho psíquico, apenas na obra de 1915, *O Inconsciente*, Freud tentará justificar a criação de tal conceito - sistema Ics - e expor ao leitor o caráter necessário dessa hipótese para as finalidades do trabalho científico. Alcançamos, pois, o ponto culminante da primeira teoria do aparelho psíquico, a teoria sistêmica.

Nosso direito de supor a existência de algo mental inconsciente, e de empregar tal suposição visando às finalidades do trabalho científico, tem sido vastamente contestado. A isso podemos responder que nossa suposição a respeito do inconsciente é necessária e legítima, e que dispomos de numerosas provas de sua existência. Ela é necessária porque os dados da consciência apresentam um número muito grande de lacunas; tanto nas pessoas sadias como nas doentes ocorrem com freqüência atos psíquicos que só podem ser explicados pela pressuposição de outros atos, para os quais não obstante, a consciência não oferece qualquer prova”. (...) “Todos esses atos conscientes permanecerão desligados e ininteligíveis se insistirmos em sustentar que todo ato mental que ocorre conosco, necessariamente deve também ser experimentado por nós através da consciência; por outro lado, esses atos se enquadrarão numa ligação demonstrável, se interpolarmos entre eles os atos inconscientes (...) (Freud, 1980 [1915], vol. XIV, p. 192).

A argumentação freudiana apresentada no parágrafo anterior interessa aos nossos propósitos por se apoiar em dois pontos controversos: (1) por um lado, o ideal de trabalho científico que, como apontamos no início deste artigo, toma a física como modelo de ciência e se propõe a apresentar evidências, desconsiderando a diferença existente entre objetos físicos e objetos psíquicos. No argumento freudiano as ‘numerosas provas’ da existência do inconsciente apóiam-se na interpretação dada às lacunas, que funcionam simultaneamente como pressupostos conceituais e dados observáveis. Ou seja, a suposta validade empírica do conceito de inconsciente é dada por meio da apresentação das lacunas no relato dos pacientes. No entanto, estas mesmas lacunas são indicadores da descontinuidade dos processos inconscientes - o que é uma hipótese de leitura destes fenômenos - e, concomitantemente, são provas da existência desta descontinuidade, como dados empíricos observáveis. (2) Por outro lado, a exposição do inconsciente como hipótese necessária, única forma de ver uma dada experiência - argumento que retira esta suposição do campo das convenções conceituais⁶. Retomemos a argumentação freudiana:

Podemos ir além e afirmar, em apoio da existência de um estado psíquico inconsciente, que, em um dado momento qualquer, o conteúdo da consciência é muito pequeno, de modo que a maior parte do que chamamos conhecimento inconsciente deve permanecer, por consideráveis períodos de tempo, num estado de latência, isto é, deve estar psiquicamente inconsciente. Quando todas as nossas lembranças latentes são levadas em consideração, fica totalmente incompreensível que a existência do inconsciente possa ser negada”. (...) “Na verdade, somos forçados a dizer de alguns desses estados latentes que o único aspecto em que diferem dos conscientes é precisamente na ausência de consciência. Assim, não hesitaremos em tratá-los como objetos de pesquisa psicológica, e em manipulá-los na mais íntima conexão com atos mentais conscientes”. (...) “A suposição de um inconsciente é, além disso, uma suposição perfeitamente legítima, visto que ao postulá-la não nos estamos afastando um só passo de nosso habitual e geralmente aceito modo de pensar (Freud, 1980 [1915], vol. XIV, p. 192-194).

⁶ Wittgenstein critica a exclusividade das hipóteses freudianas. Tomemos, por exemplo, os sonhos: este autor não discorda da possibilidade de que alguns sonhos sejam realizações de desejo. Sua crítica recai sobre a suposição freudiana de que **todos** os sonhos são realizações de desejo, não deixando espaço para outras leituras. A apresentação de uma dada hipótese como única passível de gerar efeitos de compreensão sobre um dado campo é o que permite a Freud afirmar o inconsciente como hipótese necessária. Cf. WITTGENSTEIN, L. *Lectures and Conversations on Aesthetics, Psychology and Religious Belief*. Berkeley: Univ. California Press, 1967, p. 47.

A fim de justificar o conceito de inconsciente, Freud propõe uma outra hipótese: a concepção de estado de latência, conteúdo temporariamente inacessível à consciência e que continua *existindo em outro lugar*. Ou seja, o conceito de inconsciente toma como apoio um outro conceito - estado de latência - constituindo uma rede interdependente, na qual cada conceito é entendido em função dos outros. Uma das conseqüências dessa forma de apresentação é que estas hipóteses conceituais, que nada mais são do que uma nova forma de ver as coisas, acabam por se tornar imperativas, pois qualquer dado obtém um sentido 'evidente' quando lido de acordo com a teoria que lhe dá suporte.

Esta trama conceitual construída por Freud tem como traço comum desconsiderar as diferenças gramaticais entre conceitos e experiência, pois mantém o mundo físico como modelo do mundo mental. O estado de latência, como conceito psíquico, não deveria ter características dos objetos físicos. No entanto, as idéias latentes são apresentadas como substâncias que continuariam a existir, mesmo quando não temos consciência delas, e que poderiam ser 'manipuladas' como outros atos mentais. Na continuação do argumento, Freud propõe não se afastar de seu 'habitual e geralmente aceito modo de pensar' - leia-se empírico - e tomar os processos inconscientes como objeto de pesquisa. Como conseqüência, o inconsciente é descrito em uma linguagem que aproxima continuamente a hipótese de sua existência de uma suposta descoberta das leis de seu funcionamento, tomando-o como uma entidade.

Como já consideramos em outro trecho deste mesmo artigo, o ideal cientificista ao qual Freud se atém acaba por produzir, por um lado, uma busca por evidências e, por outro, a exigência de explicações sobre o inconsciente e suas leis, pois uma descrição do funcionamento inconsciente não seria suficiente para constituir uma ciência do comportamento humano - que deveria apresentar uma explicação causal para as ações individuais. No entanto, as explicações apresentadas pela teoria psicanalítica podem ser tomadas como 'causas vindas do interior', ou seja, razões formuladas pelo analista e/ou paciente para justificar o comportamento deste último. Apesar de coerentes, essas 'causas' não predizem o comportamento humano, apenas tornam inteligível a ação realizada⁷.

A confusão se apresenta quando, em seus argumentos, Freud busca confirmar conjecturas causais mediante a concordância do paciente, ignorando que, nesta situação,

⁷ A confusão entre razão e causa é exaustivamente explorada pela crítica baseada em Wittgenstein. Como exemplos interessantes, cf. BOUVERESSE, J. Wittgenstein Reads Freud: the myth of the unconscious. Princeton: Princeton Univ. Press, 1995, cap. IV e CIOFFI, F. Wittgenstein on Freud and Frazer. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 1998.

não há experimento em jogo, mas revelação *a posteriori* das motivações. Dessa forma, os processos inconscientes ocupam na teoria uma dupla função: tanto são apresentados como propósitos - estaríamos no campo das intenções e das motivações - quanto como causas - estaríamos supostamente no campo científico de determinação do comportamento humano. O que não fica claro para o leitor - e talvez para o próprio Freud - é a diferença entre explicação causal e descrição posterior.

3. Algumas Considerações

Supomos que a criação de uma nova terminologia por meio do uso substantivo do termo inconsciente é também devedora do ideal de ciência freudiano, pois se faz necessário substituir uma descrição - para a qual o uso adjetivo ou adverbial seria suficiente - por uma explicação, para a qual foi criada uma nova denominação - o inconsciente como sistema psíquico. Ou seja, a linguagem usual é modificada na tentativa de construir uma nova ciência, mas tal modificação, no caso específico da psicanálise freudiana, traz como efeito o uso de uma gramática própria ao mundo físico para se referir a fenômenos psíquicos.

3.1. Aparelho Psíquico

Desdobrando o argumento freudiano, poderíamos dizer que a hipótese de um uso sistêmico do termo 'inconsciente' apóia-se sobre três pontos básicos: (1) o reconhecimento da existência de processos mentais inconscientes - que Freud vincula às lacunas no relato individual, (2) a refutação da equivalência entre psíquico e consciente - associada às ligações falsas, como desconhecimento consciente das motivações individuais - e, (3) *por inferência*, a revelação de um sistema psíquico desconhecido do sujeito. Ao examinarmos com atenção estes pontos, percebemos que dois pressupostos teóricos são tomados como se fossem dados da experiência e a conclusão se faz aparentemente simples: existem processos mentais inconscientes constitutivos de um sistema com características próprias.

Ora, a proposta freudiana de supor um aparelho psíquico composto por sistemas tem fundamental importância argumentativa em sua obra por determinar as características diferenciais dos diversos processos psíquicos, já que cada sistema está submetido a leis próprias de funcionamento. Desse modo, as diferenças entre os processos psíquicos não seriam meramente conceituais, mas seriam 'explicadas' pela pertença a um sistema específico. Para que o sentido sistêmico do termo inconsciente

seja diferenciado do uso descritivo é necessário ter claro que, no primeiro caso, implica a inclusão de processos psíquicos em uma instância particular possuidora de características específicas. Ou seja, uma idéia inconsciente topograficamente localizada no Pré-consciente pode aceder à consciência a qualquer momento - trata-se de uma idéia latente. Já um processo psíquico topograficamente localizado no inconsciente está submetido a suas leis e é incapaz de tradução consciente - é um processo submetido ao recalque. Podemos ainda considerar que o conceito de lei na teoria freudiana é mais um empréstimo à ciência física, já que Freud se refere a uma relação constante e necessária entre fenômenos de uma dada ordem.

Ainda considerando o aparelho psíquico, cabe esclarecer a relação entre topografia e espacialização. Embora na teoria psicanalítica, topografia psíquica não tenha qualquer tipo de relação com localização anatômica - pois a primeira refere-se a “regiões do mecanismo mental, onde quer que estejam situadas no corpo” (Freud, 1980 [1915], vol. XIV, p. 201) - a espacialização faz-se presente por meio da idéia de *regiões*, pressuposta na concepção de existência latente. Para Freud, como já destacamos anteriormente, uma idéia latente está localizada em outro sistema que não a consciência; ou seja, tem existência em outro *lugar*. A justificativa de tal hipótese reside na crença freudiana de que um relato sempre atende a um referencial de coerência narrativa, cujas lacunas são subtrações de sentido. Desse modo, o sentido discursivo pode ser reencontrado se identificarmos os elementos faltantes para a lógica narrativa, elementos que se encontram ocultos em outro sistema psíquico (o inconsciente).

Outro aspecto relevante na associação entre topografia e espacialização é a linguagem utilizada. Além de uma descrição das características dos fenômenos psíquicos - no qual o uso adjetivo do termo ‘inconsciente’ seria suficiente - é apresentada uma explicação dessas características segundo sua localização sistêmica - quando o inconsciente aparece em seu caráter substantivo. Desse modo, duas formas distintas de abordar os fenômenos psíquicos são colocadas lado a lado, gerando uma confusão entre a formação de um conceito e a suposta explicação sobre o funcionamento de objetos pertencentes a um sistema. *Per si*, a hipótese de uma topografia psíquica supõe uma identidade entre realidade mental e física, por fazer uso de referenciais espaciais para dar conta de um conceito psíquico.

3.2. Sistema Inconsciente

A instância psíquica exposta por Freud tem características especiais às quais ficam submetidos os processos do sistema inconsciente - isenção de contradição mútua, atemporalidade, mobilidade dos investimentos e substituição da realidade externa pela psíquica. A fim de reconhecer os argumentos que confundem realidade física e psíquica, tomaremos para análise essas características seguindo três eixos fundamentais: temporalidade, intencionalidade e substancialização.

A atemporalidade dos processos inconscientes baseia-se na idéia de uma isenção de contradição mútua. Ou seja, houve em algum momento da história do sujeito a inscrição de traços de memória que, por não terem referência entre si e por não terem qualquer referência ao tempo, tornaram-se inalteráveis⁸. Poderíamos supor que a idéia de inscrição psíquica, além de induzir a uma substancialização dos traços de memória, permite dizer que a temporalidade do inconsciente freudiano está associada ao tempo verbal do pretérito perfeito. Refere-se a uma ação já ocorrida que não pode mais ser modificada, que já foi inscrita. Ou seja, a atemporalidade diz respeito à relação entre os processos e destes com o mundo externo, mas a idéia de inscrição psíquica insere uma referência ao tempo já vivido.

A substancialização surge tanto em decorrência do modo como a temporalidade é encarada - inscrição prévia - quanto pelo argumento da mobilidade das catexias. Como apontamos anteriormente, só por meio de uma confusão entre objetos psíquicos e objetos físicos se torna possível pensar em idéias às quais se agregam energias ou supor um sistema psíquico composto por impulsos carregados de desejos. A substancialização talvez seja o ponto mais freqüentemente presente na linguagem freudiana.

Já a intencionalidade do inconsciente pode ser suposta ao longo da obra freudiana, principalmente quando se utilizam expressões tais como ‘os impulsos inconscientes buscam satisfação’, ‘o inconsciente pressiona’, etc. Tais expressões dão margem a pensar a intencionalidade inconsciente como um processo independente do agente e que opera em um lugar distinto da consciência. Desse modo, a intenção inconsciente pode ser apresentada como negação da realidade externa e concomitante produção de uma realidade psíquica que prefere o auto-engano das fantasias à ‘verdade’ objetiva. Embora a teoria freudiana não apresente ingenuamente as fantasias como auto-engano subjetivo, a hipótese de uma duplicação da realidade entre realidade externa e realidade psíquica

⁸ Nesse sentido, é ilustrativo o exemplo freudiano que aproxima o campo das memórias inconscientes das escavações arqueológicas. Cf. PONTES, S.A. Analogias Freudianas: o inconsciente na clínica.

possibilita tomar as formações sintomáticas como manifestações externas de processos inconscientes internos. Apesar de a intencionalidade do inconsciente apresentar-se de forma menos freqüente do que sua substancialização, sua presença na obra freudiana constitui-se em ponto extremamente problemático para a teoria.

Como podemos ver, a construção freudiana do conceito de inconsciente traz em seus pressupostos certa equivalência entre objetos psíquicos e físicos, bem como utiliza uma linguagem que dá margem a uma série de mal-entendidos. Desse modo, produz-se a ilusão de que se está descobrindo algo oculto sob as lacunas do relato do paciente⁹, quando em verdade, se está propondo um novo conceito, uma nova regra de usos do termo ‘inconsciente’, ancorada em uma rede conceitual específica. Como consequência, a diferença entre os processos psíquicos, que deveria ser entendida como diferença conceitual, é aqui erroneamente apresentada como diferença empírica.

Bibliografia

BOUVERESSE, Jacques. Wittgenstein Reads Freud: the myth of the unconscious.

Princeton: Princeton Univ. Press, 1995.

CIOFFI, Frank. Wittgenstein on Freud and Frazer. Cambridge: Cambridge Univ.

Press, 1998.

FREUD, Sigmund. Obras Completas Psicológicas de Sigmund Freud. Edição

Standard Brasileira. Rio de Janeiro: Imago, 1980.

GABBI JR., Osmyr. Alice e a Metapsicologia: a psicanálise como teoria do

contrasenso. Cadernos, IFCH-UNICAMP, n. 23, 1992.

_____. (org.) Fundamentos da Psicanálise: pensamento, linguagem, realidade e

angústia. Campinas: UNICAMP/CLE, 1999.

PONTES, S.A. Analogias Freudianas: o inconsciente na clínica (artigo a ser publicado).

WITTGENSTEIN, Ludwig. Lectures and Conversations on Aesthetics, Psychology

and Religious Belief. Berkeley: Univ. of California Press, 1967.

_____. Los Cuadernos Azul y Marron. Madrid: Tecnos, 1968.

⁹ O mal-entendido e/ou a ilusão da ‘descoberta’ do inconsciente se propaga entre diversos autores e obras. Como exemplo, tomamos uma citação extremamente difundida : “*Se fosse possível concentrar numa palavra a descoberta freudiana, essa palavra seria incontestavelmente a de inconsciente.*” In LAPLANCHE e PONTALIS. Vocabulário de Psicanálise. São Paulo: Martins Fontes, 1986, p. 307.